

Lutas sociais e questões nacionais: algumas reflexões em torno do MST*

Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida**

Às lutas do MST.

Resumo:

O duplo objetivo desta comunicação é examinar como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra: 1) incorpora a questão nacional; 2) articula a problemática nacional com idéias e práticas que transcendem os limites nacionais, sinalizando uma espécie de novo internacionalismo.

Especialmente nos anos 70, acompanhando um longo ciclo de declínio das lutas proletárias e de libertação nacional, movimentos sociais significavam, para boa parte da produção acadêmica européia (e, por extensão, brasileira) por um lado, a ousadia e a capacidade de efetuar transformações, mesmo que em dimensões menores do que as pretendidas pelos movimentos revolucionários socialistas; e, por outro lado, a negação das lutas de classes, vistas como mera ficção ou, no melhor dos casos, fenômeno em estado terminal. Já o marxismo mais dogmático, de um modo puramente reativo, adotava posição exatamente inversa: na defesa da existência e da primazia das lutas de classes, descartava o estudo desses movimentos, em razão de sua irrealidade ou irrelevância.

A principal hipótese teórico-metodológica a ser defendida neste texto é que movimentos sociais, como os que eclodem no Brasil (MST, MTST), na Bolívia, no Equador e no México, somente são inteligíveis nos marcos de uma análise que tome como parâmetros fundamentais as estruturas do modo de produção capitalista e suas determinações sobre os processos de constituição/desconstituição das classes dominadas. Em outro artigo (Almeida, 2007), destaquei diferenças cruciais entre

* Agradeço a Alex Hilsenbeck, Eliel Machado, Jair Pinheiro e Julia Gomes pelas observações críticas à versão preliminar deste artigo. Os equívocos e incompletudes remanescentes são de minha exclusiva responsabilidade.

** Departamento de Política da PUC-SP. Pesquisador do NEILS e autor de *Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: EDUFSCAR, 2006.

esta posição e a defendida por Manuel Castells¹. A primeira se refere à própria consideração, no plano teórico, de uma ação coletiva como movimento social. Segundo Castells, “movimentos sociais devem ser entendidos em seus próprios termos: em outras palavras, eles são o que dizem ser. Suas práticas (e sobretudo as práticas discursivas) são sua autodefinição” (1999: 94).

De minha parte, afirmei que o problema desta formulação reside em considerar as representações como decalcadas do real, ignorando-se as defasagens e contradições entre ideologia e as ações coletivas das quais elas fazem parte de um modo específico. No plano teórico-metodológico, o resultado desastroso desta abordagem consistiria em atribuir foros de explicação justamente ao que deve ser explicado.

O verbo no condicional (“consistiria”) não se deve ao acaso. No essencial, a posição defendida por Manuel Castells limita-se a uma declaração de princípio que, se levada à prática, nos deixaria desprovidos de qualquer critério para considerar (ou não) uma ação coletiva como movimento social². O próprio autor define movimentos sociais pela oposição que fazem à chamada globalização, tal como conceituada (e, inclusive, periodizada) por ele, o que implica considerá-los em termos distintos dos que atribuem a si mesmos, além de negar o caráter de movimentos sociais a todas as ações coletivas anteriores à dita globalização.

Em meu texto já citado, também expressei discordância frente à afirmação de que “os movimentos sociais podem ser conservadores, revolucionários, ambas as coisas ou nenhuma delas. Afinal concluímos (espero que em definitivo) que não existe uma direção predeterminada no fenômeno da evolução social, e que o único sentido da história é a história que nos faz sentido.” (id.: 95). Em contaposição, argumentei que existe um verdadeiro *non sequitor* entre a tese e sua fundamentação apresentadas por Manuel Castells. Independentemente de se a história tem uma direção predeterminada, existem lutas contra ou a favor de uma determinada ordem social e, portanto, que correspondem, no interior desta, aos interesses dos dominantes ou dos dominados. Argumentei que considero pouco fecunda a postulação de que existem movimentos sociais de direita, no sentido de que voltados fundamentalmente para a defesa das relações de dominação em uma sociedade inclusiva (Almeida, 2008).

O problema de se tomar o que deve ser explicado pela explicação também ocorre com alguns pesquisadores que, corretamente, procuram detectar nexos necessários entre movimentos sociais e lutas contra relações de dominação e,

¹ Neste e nos próximos dois parágrafos, retomo formulações apresentadas em Almeida (2008).

² Recentemente, tentou-se encetar uma campanha, o “Cansei!”, para fustigar, pela direita, o governo Lula. Ao serem questionados sobre suas posições, os principais dirigentes desta iniciativa de curta duração tanto insistiram que acabaram se cansando em sua tentativa de legitimar a campanha com o título de movimento social.

inclusive, vinculam indissolivelmente o estudo destes movimentos à solidariedade ativa para com eles. Vários estudiosos muito combativos tiram implicações epistemológicas de seu engajamento e se recusam a tratar movimentos sociais como objetos, mas somente como sujeitos de estudo, na medida em que os consideram companheiros de luta. É o caso de Marcela Parra, que, aderindo às formulações de Maurice Punch, propõe uma “investigación activista”, na qual “lo investigado” pasa a ser un compañero, un co-investigador” (Parra, 2005: 72). A autora define movimentos sociais como “o conjunto de lutas erigidas en contra el capitalismo y en función de la construcción de un mundo más justo, más humano y más solidario que se dan en un período y en un espacio determinados” (id., ibid.). É altamente provável que a imensa maioria dos que, na América Latina, participam de movimentos sociais, se reconheça nesta definição que, aliás, tem um caráter altamente mobilizador. Mas é grande o risco de, apesar do saudável engajamento e, com este, do abandono de qualquer confusão entre neutralidade e objetividade, se prejudicar a relativa autonomia da produção conceitual. Caso isto aconteça, a teoria, ao invés de fecundar a prática, limita-se a expressá-la em outros termos, devolvendo-lhe, no frígido dos ovos, a exata medida do que dela recebeu.

Neste final de introdução teórico-metodológica, examinarei algumas formulações de um autor apresentadas em um livro que, embora recente, é um clássico da literatura sobre os movimentos sociais, até pelos intensos debates que suscita. Refiro-me a *Power in movement*, de Sidney Tarrow, publicado em 1994³. Diferentemente de Manuel Castells, Tarrow faz remontar os movimentos sociais à alvorada do capitalismo. Por outro, embora admita que ciclos de movimentos sociais podem levar a uma revolução⁴, Tarrow, da mesma forma que o autor de *Sociedade em rede*, não atribui a estes movimentos um caráter necessariamente anticapitalista e, ao distinguir ciclos de movimentos de uma revolução, considera esta última uma hipótese extrema, quando um ciclo de movimentos altera sua natureza, passando da condição de desafiantes de autoridades e das elites para a de um agente de luta pelo poder (Tarrow, 1996: 25). Insiste em descartar qualquer atribuição de posição dos movimentos sociais no interior do amplo espectro político que vai da esquerda à direita. Movimentos sociais não apenas possuem um caráter cíclico como contribuem para desencadear ciclos de movimentos, na medida em que abrem oportunidades para outros movimentos, sendo que nenhum deles controla suas bases internas nem as cambiantes oportunidades políticas que favoreceram sua emergência. Isto abre um ciclo de movimentos nem sempre convergentes, o que no geral, envolve cisões entre as elites, numa

³ Recorro à reimpressão de 1996. Além de me limitar a este livro de Tarrow, não me deterei no principal conceito ao qual ele recorre, o de estrutura de oportunidades políticas.

⁴ Recorrendo a Charles Tilly, Sidney Tarrow afirma que em uma revolução se criam “múltiplos centros de soberania”, o que transmuta o conflito entre movimentos e elites e autoridade em “uma luta pelo poder” (Tarrow, 1996: 25).

teia complexa de relações. Por outro lado, embora os movimentos tendam a se conceber como autônomos em relação ao mundo institucional, “a ação coletiva os insere nas complexas redes da política e, desta forma, no raio de alcance do Estado.” (Tarrow, 1996: 26). Enfim, a consolidação dos estados nacionais, articulada ao desenvolvimento das vias de comunicação, à imprensa escrita, ao crescimento das associações privadas contribuiu extraordinariamente para a emergência dos movimentos sociais contemporâneos. Mas ainda caberia citar que “o mecanismo para este desenvolvimento foi o aparecimento de um novo e mais geral repertório de ações coletivas” disponível para todas as classes sociais (Tarrow, 1996: 39 e 33 e ss). É para este repertório policlassista que Tarrow reserva o conceito de modularidade.

Examinemos rapidamente o primeiro ponto, ou seja, as relações entre movimentos sociais e capitalismo. Não se trata de mera coincidência cronológica. Para Tarrow, movimentos sociais estão intrinsecamente ligados não apenas ao surgimento do capitalismo, como ao processo de constituição das modernas comunidade nacionais e, mais ainda, aos Estados nacionais. Estes movimentos precisam de alvo comum e de um ponto de chegada para suas reivindicações. Um e outro foram encontrados “na expansão e consolidação do estado nacional e na reação às suas demandas e incentivos. Movimentos sociais cresceram em torno do enquadramento do Estado nacional...” (Tarrow, 1996: 61).

Após diversos elogios a Tocqueville, Tarrow discorda do autor de *A democracia na América*, para quem o Estado centralizado sufoca o indivíduo, desfibrando a sociedade civil. Tocqueville não teria percebido que “a cidadania estava sendo inventada ao mesmo tempo e que o moderno Estado-nação resultou da interação entre Estados e cidadãos” (Tarrow, 1996: 64). Mais do que penetrar na sociedade, o Estado a integrou. “Ao produzir políticas voltadas para amplas populações e padronizando os procedimentos para os cidadãos adotarem em suas relações com as autoridades, os Estados proporcionaram alvos para mobilizações e estruturas cognitivas nas quais grupos desafiantes podiam comparar suas situações com a dos mais favorecidos e encontrar aliados” (Tarrow, 1996:66).

As formulações de Tarrow, diferentemente das de Castells, propõem uma considerável expansão temporal na conceituação de movimentos sociais, imbricando-os estreitamente nas determinações do capitalismo, especialmente nos processos de constituição da dialética Estado – cidadania.

Existem vários motivos para elogiar esta abertura do leque analítico. Ela permite perceber, por exemplo, que os movimentos sociais, longe de constituírem anomalias, são inerentes às sociedades contemporâneas. Também possibilita a percepção, nesta dialética Estado – movimento, da recorrência do par repressão/ institucionalização como dispositivos de controle dos movimentos sociais. E, mais ainda, a percepção da ausência de neutralidade dos dispositivos da política

institucional, onde, o simples ingresso impõe alternativas e, portanto, escolhas sequer cogitadas anteriormente. Como o próprio Tarrow observa, “a arena eleitoral produz efeitos perversos para os movimentos sociais” (Tarrow, 1996: 94).

Tudo isto é muito positivo, especialmente quando ocorre, à direita, uma intensa onda de criminalização dos movimentos sociais e, por setores mais sofisticados, uma apologia da institucionalização dos movimentos, o que, indiretamente, desqualifica como, no mínimo, imaturos, os que resistem a seguir nesta direção.

Por outro lado, o “preço” cobrado por Tarrow, ao expandir, no tempo e no espaço, o raio de ação dos movimentos sociais, é demasiado elevado. Ele consiste, simplesmente, em eliminar o papel das classes sociais como agentes da transformação histórica. Aliás, estranha abordagem que, por um lado, amarra movimentos sociais ao capitalismo e, por outro, ao Estado nacional, ao mesmo tempo em que joga para segundo plano o papel das classes sociais.

É provável que, no aspecto conceitual, este obscurecimento guarde estreita relação com o pífio desenvolvimento de uma teoria do Estado nesta obra de Tarrow, ironicamente um autor que resgata a dimensão política no estudo dos movimentos sociais. Estes, vistos como emergindo a partir da interação de desafiantes (e aliados) e dominantes, em um contexto marcado pela abertura de oportunidades políticas, não têm examinadas suas possibilidades de constituição. No melhor dos casos, são vistos como sofrendo algum tipo de “privação” material ou simbólica.

Estado, classe e cidadania em movimentos sociais contemporâneos

De qualquer forma, o que me interessa é destacar o estreito nexos que Tarrow postula entre movimentos sociais e Estados nacionais⁵. E, neste caso, é impossível ignorar que, mesmo em uma análise sofisticada como a deste autor, o que se repõe é a tradicional operação ideológica por meio da qual a noção de cidadania oculta a existência das classes sociais, bem como o papel do Estado como organizador da dominação de classe. Aqui apenas recupero rapidamente formulações apresentadas em textos anteriores, nos quais recorro a diversos autores – a começar pelo próprio Marx – que explicam como a própria constituição da cidadania é um processo no qual o Estado joga um papel de primeira linha que, por um lado, oculta e, por outro, possibilita a reprodução da dominação burguesa de classe.

Como se vê, essas polaridades acerca dos movimentos sociais não são meros bizantinismos. Ao contrário, são disputas teórico-ideológicas que se vinculam estreitamente com as relações de forças em cujo interior eles emergem e contra as quais lutam com maior ou menor contundência.

Retomo a hipótese já apresentada no início deste texto, de que os novos ou

⁵ Nos limites deste artigo, atendo-me a este livro de Tarrow, abstenho-me de analisar a abundante literatura sobre estas relações.

novíssimos (novos novíssimos?) movimentos sociais, como os que eclodem no Brasil, na Bolívia, no Equador e no México, só são inteligíveis nos marcos de uma análise centrada nas determinações das estruturas do modo de produção capitalista sobre os processos de constituição das classes dominadas, até porque o Estado e a nação só adquirem sentido em um processo específico de dominação de classe. Mais precisamente, a dominação capitalista de classe. Obviamente, isto não significa, em absoluto, considerar as classes sociais como constituídas exclusivamente a partir de determinações econômicas nem, por outro lado, ignorar, os impactos da ideologia sobre os processos de formação/desconstrução das classes dominadas. Mesmo ao centrar o foco de sua análise na estrutura econômica do modo de produção capitalista, Marx recorre à presença indireta das estruturas jurídico-política e ideológica para demonstrar que “o processo de produção capitalista, considerado como um todo articulado, produz não apenas a mercadoria, não apenas a mais-valia, mas produz e reproduz a própria relação capital, de um lado o capitalista, de outro o trabalhador assalariado” (Marx, 1985: 161).

No imperialismo, esta fase do capitalismo marcada pela dominância da exportação de capitais sobre a exportação de mercadorias, exportam-se, em última instância, relações sociais (capitalistas). Segundo Lenin, “as exportações de capitais influem, acelerando poderosamente o desenvolvimento do capitalismo nos países para os quais eles são dirigidos. Se, portanto, estas exportações são suscetíveis, até um certo ponto, de levar a um desaceleramento na evolução dos países exportadores, isto só acontece desenvolvendo em profundidade e em extensão o capitalismo no mundo inteiro.” (Lenin, 1971: 706). A poucos anos do centenário desta formulação, mas sem qualquer preocupação com efemérides ou interpretações canônicas, quando, enfim, o capitalismo “derrubou as muralhas da China”, não vemos qualquer motivo para descartar esta formulação.

Diversos movimentos sociais contemporâneos, ao se colocarem às voltas com um combate, mais ou menos frontal, contra o capitalismo, necessariamente se deparam com uma plataforma antiimperialista. Um dispositivo da ideologia burguesa consiste justamente em torcionar esta luta, comprimindo-a nos estreitos limites do nacionalismo.

A ideologia da cidadania é, ao mesmo tempo, condição estrutural de reprodução da dominação capitalista de classe e alvo de luta das classes populares, especialmente em um momento em que o capitalismo enfrenta sérias dificuldades político-ideológicas para reproduzir a “comunidade dos cidadãos”. Esta dificuldade abre espaço para lutas que, em nome da “conquista” ou do “resgate” da cidadania podem tanto revitalizar a legitimidade de importantes dispositivos da dominação burguesa, como questioná-los, abrindo caminho para combates de maior radicalidade. A grande questão é se movimentos sociais, ao surgirem em um contexto nacional, estão presos ao arcabouço ideológico deste contexto

ou podem, de acordo com sua composição social, suas formas de luta, seus objetivos, seus estilos de organização, ir além da dimensão nacional, assumindo uma luta antiimperialista e, com ela, múltiplas formas de internacionalismo. Vamos examinar este problema a partir de uma análise ainda incipiente de um importante movimento social brasileiro.

No fio da navalha: o MST e a questão nacional

Em diversos movimentos sociais, a percepção do déficit de cidadania tende a se articular à do déficit de soberania no contexto das políticas neoliberais que se entranharam na última onda de expansão capitalista pelo planeta, incidindo pesadamente sobre as condições de vida de amplos setores das classes populares. Aparente paradoxo: exatamente para implementar políticas neoliberais o Estado teve reduzido o seu leque de implementações de políticas, especialmente no que se refere à permanência de conquistas dos movimentos operários e populares. Não seria, portanto, surpreendente que estes movimentos, ao voltarem à tona, apresentassem certo teor de estatismo articulado à luta pelo chamado resgate da cidadania. Mas a realidade é bem mais complexa.

Se digitarmos, no serviço de busca do sítio do MST a palavra “cidadania”, nos depararemos com uma infinidade de materiais discursivos (artigos, entrevistas, vídeos) onde este termo aparece com uma grande centralidade. Por outro lado, se consultarmos o documento *Linhas políticas reafirmadas no IV Congresso Nacional do MST – 2000*, a palavra “cidadania” não aparece (“classe trabalhadora” aparece uma vez). Na contramão de um preconceito bastante generalizado, diversos universos discursivos são produzidos pelo movimento e em torno dele. É o caso, por exemplo, dos textos de formação; dos textos com preocupações científicas mais aprofundadas; das declarações políticas aprovadas em congressos do movimento; do discurso oral dos dirigentes; dos vários tipos de discurso produzidos pelos simpatizantes etc⁶.

Examinemos, para começar, dois documentos formais consultados no sítio do movimento (www.mst.org.br): a *Carta do 5º Congresso Nacional do MST* (15/06/2007) e o que consta no item *Nossas Lutas*.

Em ambos os documentos, a imensa maioria das propostas de luta do MST se refere a políticas de Estado. Pouquíssimas se voltam para a estrutura do Estado brasileiro, o que nos permite levantar duas hipóteses a serem melhor examinadas em futuros momentos desta incipiente pesquisa. A primeira é que o movimento

⁶ Obviamente, foge aos objetivos deste artigo, que expressa o momento inicial de uma pesquisa, analisar sistematicamente todo este material. Pouco antes de concluir a redação, tive acesso ao Caderno de subsídios do *13º Encontro Nacional do MST*, realizado em janeiro de 2009. Trata-se de um conjunto de documentos da natureza igualmente diferenciada, no qual se inclui a “Carta do 5º Congresso Nacional do MST ao Povo Brasileiro”.

ênfatisa, nestes dois documentos, as lutas de caráter antineoliberal e antiimperialista, a partir de uma perspectiva popular⁷. Este destaque, em si, não parece constituir grande problema, pois os confrontos em torno da política de Estado abrem grandes possibilidades de politização de amplos contingentes das classes possibilidades, o que pode colocar em questão a própria estrutura do Estado burguês. A segunda hipótese, estreitamente ligada à primeira, é que, nos termos da luta mencionada, não se considera necessário ênfaticamente a referência às classes sociais presentes na formação social brasileira, bem como o caráter de classe do Estado que organiza sua coesão. Se esta hipótese faz sentido, aqui reside uma ousadia e, correspondente a ela, um risco bem determinado. A ousadia consiste em fazer política concreta, elegendo um rol de lutas que podem calar fundo entre amplos setores das classes populares. O risco inerente à ousadia consiste em contribuir para uma espécie de culto ao Estado, visto como, desde que bem conduzido, o fiel depositário da soberania do povo. Em outras palavras, o risco está em restringir a luta antiimperialista aos estreitos limites do nacionalismo⁷.

Talvez nos termos da primeira hipótese se explique a existência da afirmação de que “as estruturas injustas do capitalismo e do domínio do capital internacional impedem que construamos uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna”; e a disposição para “Fortalecer a articulação dos movimentos sociais do campo e organizar e fortalecer a Via Campesina Brasil em todos os estados e regiões. Construir, com todos os movimentos sociais brasileiros, as Assembléias Populares nos municípios, regiões e estados” . Muitas vezes o discurso apresenta grande contundência, ao denunciar o comprometimento da política estatal com uma importante fração da classe dominante brasileira. É o caso, por exemplo, de “Com o apoio do Executivo, agronegócio se apodera das terras da Amazônia” (Brasil de Fato, 303, 18-24/12/2008).

É possível que a posição aventada pela segunda hipótese se manifeste na afirmação de que “A nação, por meio do Estado, do governo, das leis e da organização de seu povo deve zelar permanentemente, pela soberania, pelo patrimônio coletivo e pela sanidade ambiental” (Nossas Lutas, “Reforma agrária”). Aqui se reproduz um discurso que, de forma alguma, é incompatível com o núcleo da ideologia nacional secretada pelo Estado burguês. Proclamar que “as políticas de desenvolvimento da economia devem estar baseadas fundamentalmente nos interesses de melhoria das condições de vida de toda a população, em especial dos mais pobres” pode ter alguma eficácia no plano tático. Mas a ausência de uma explicitação dos condicionantes estruturais e dos adversários a serem enfrentados com vistas à implementação desta política pode ser estrategicamente negativa.

⁷ Este recuo teria por consequência quase direta, a falta de alternativa a um projeto neodesenvolvimentista cujo caráter mais ou menos utópico (mas, neste contexto, não necessariamente popular) não cabe discutir neste artigo. Abordei em tema em diversos textos, dentre os quais “A ilusão do neodesenvolvimentismo” (Almeida, 2005).

Caso, nos desdobramentos desta pesquisa, a segunda hipótese se confirme, trata-se de uma limitação que pode produzir graves efeitos ideológicos relativos à ocultação das determinações do modo de produção capitalista sobre uma formação social dependente (no caso, a brasileira).

Aqui, o MST caminha no fio da navalha.

Esta questão é da maior importância política por uma razão estrutural e duas mais conjunturais. A primeira é o desencadeamento de uma crise do capitalismo em termos planetários e cujas profundidade e duração permanecem em larga medida desconhecidas. As conjunturais têm a ver com as iniciativas hegemônicas pelo MST – e compartilhadas pelo conjunto das esquerdas brasileiras – com vistas à reestatização da Companhia Vale do Rio Doce e uma política nacionalista de exploração das jazidas petrolíferas recém-detectadas numa extensa faixa da camada de pré-sal.

Palavras de ordem como “A Vale é nossa” ou “O petróleo tem de ser nosso”⁸ sem uma explicitação do caráter de classe do Estado e uma avaliação crítica do setor estatal do capitalismo brasileiro no período desenvolvimentista podem ter implicações políticas bastante negativas para as lutas das classes populares. Na medida em que está consciente de que nenhuma fração da classe dominante tem demonstrado qualquer entusiasmo em encampar um projeto nacionalista, o MST, ao se colocar como portador deste projeto, aponta para uma ampla estatização da economia brasileira, o que abre espaço para três questões: 1) o que fazer da burguesia ao se implementar este projeto nacionalista não burguês? 2) Que transformações se efetuariam no aparelho de Estado para que este nacionalismo, mesmo não sendo “da burguesia”, não fosse burguês? 3) E quais medidas seriam tomadas para que, nas costas deste processo de estatização, não se (re)constituísse, no interior e em torno da maquinaria do Estado, mesmo sem o estatuto jurídico da propriedade privada, uma forte fração burguesa?

Uma primeira campanha pela reestatização da Vale do Rio Doce (“A Vale é nossa”) já foi realizada por 64 organizações (sindicatos, partidos, ongs, movimentos sociais, setores da Igreja Católica etc.), o que recomenda certo cuidado para não se atribuir esta iniciativa exclusivamente ao MST. Todavia, da mesma forma que na vitoriosa campanha contra ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), o principal papel coube a este movimento.

Também durante “A Vale é nossa” foi realizado um plebiscito, do qual participaram 3.729.538 votantes. A primeira e principal pergunta, apresentada nacionalmente, foi: “Você concorda que a Companhia Vale do Rio Doce, patrimônio construído pelo povo brasileiro, e privatizado em 1997, deve continuar

⁸ Ver, por exemplo, a capa da Revista Sem Terra, 47, out-nov/08, bem como, neste mesmo número da revista, o artigo de Igor Fuser, “Este tesouro é realmente nosso?”.

nas mãos do capital privado?”. De acordo com o Comitê da Campanha, em cada estado, mais três questões foram apresentadas, visando a articular o tema da Vale do Rio Doce a outros problemas candentes vividos pelo povo brasileiro: 2) “Você concorda que o governo continue priorizando o pagamento dos juros da dívida pública deixando de investir em trabalho, saúde, educação, moradia, saneamento, reforma agrária, água, energia, transporte, ambiente saudável?” 3) “Você concorda que a energia elétrica continue sendo explorada pelo capital privado, com o povo pagando até 8 vezes mais que as grandes empresas?” 4) “Você concorda com a proposta da reforma da previdência que retira direitos dos trabalhadores?”⁹. Tanto a primeira pergunta, como as demais, como o conjunto das quatro, não faz qualquer referência à necessidade de se lutar por profundas alterações na estrutura do Estado brasileiro, deixando no vazio a relação entre estatização da Vale e os benefícios acenados para o povo¹⁰.

Neste ponto, é cabível perguntar se o apelo antiimperialista, ao perder qualquer referência à dominação de classe, se submete à hegemonia de uma posição estatista. Mas a situação foi extremamente complexa.

Difícilmente o referendo sobre a Vale pode ser considerado um grande sucesso, mesmo se levando em conta que abalou a imagem da empresa como um modelo de progresso, eficiência e defesa dos interesses nacionais¹¹. Tampouco se pode atribuir ao caráter nacionalista o relativo fracasso do referendo. É provável que o movimento tenha superestimado sua própria força, ao mesmo tempo em que avaliou mal a disposição subjetiva das classes populares brasileiras para se envolverem com as questões propostas. É também provável que, neste contexto, ironicamente, as relações entre as quatro questões formuladas (só a primeira se referia diretamente à Vale), tenham sido demasiado abstratas e incompreensíveis

⁹ Na Bahia e em Sergipe também se perguntou se perguntou sobre a conveniência da transposição do Rio São Francisco. Neste caso, 90% dos 144.780 votantes foram contra, o que não é objeto de análise neste artigo. Colhi estas informações em 13/05/2008 no sítio do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (<http://www.fb.es.org.br/>). A entrega dos resultados do plebiscito foi marcada para a II Assembleia Popular (22-25/10/07), realizada em Brasília. O *Brasil de Fato*, 226 (28/06-04/07/2008) apresenta uma avaliação bastante otimista da campanha e, em especial, do plebiscito.

¹⁰ O vídeo *A Vale é Nossa*, de excelente qualidade técnica, produzido para a campanha, apresenta pouquíssimas exceções a este respeito. Apresenta excelente documentação acerca do papel do governo FHC no processo de privatização da empresa, mas não faz referências à atual inserção da Vale na formação social brasileira, a começar pelos vínculos com o governo Lula.

¹¹ O plebiscito da campanha contra a ALCA teve 10.149.542 votantes, dos quais 98% se manifestaram contra a criação da área e apenas 1% (113.643) a favor. Este número foram coletados em “Saiu o resultado do plebiscito sobre a ALCA”. <http://www.pime.org.br/noticias/noticiasbrasil48.htm>, consultado em 13/05/09. (Pontifício Instituto das Missões Exteriores). Obviamente, tratou-se de uma luta muito mais ampla, o que limita grandemente a comparação numérica. Mas, do ponto de vista qualitativo, cabem as observações de que esta campanha, expressando as expectativas de seus participantes, foi vitoriosa, o que não ocorreu com a Vale, que, até o momento, continua privatizada e só tem como adversário combativo o próprio MST.

para grande parte da população brasileira, inclusive dos que participaram do referendo. Se isto faz sentido, é provável que o MST (para nos restringirmos a este movimento), justamente por conta deste fracasso, tenha escapado de rebaixar seu enfrentamento da questão nacional de um patamar antiimperialista para outro de caráter predominante nacionalista de burocracia de Estado (tradicionalmente chamado de “pequeno burguês”). Isto não significa, em absoluto, que bandeiras nacionalistas não possam ser empunhadas com sucesso, especialmente a partir desta conjuntura marcada pela explicitação de uma crise capitalista que ainda pode se aprofundar muito. Significa, simplesmente, que algumas derrotas, desde que não estratégicas, podem ser valiosas exatamente pelo que não se conseguiu realizar. Até para, na sequência, se fazer melhor.

Mais do que “A Vale é nossa”, uma campanha antiimperialista em torno da exploração do petróleo, especialmente depois das descobertas na camada pré-sal ao longo de cerca de 800 km da costa brasileira, promete ser um grande, incontornável e complexo desafio não somente para o MST, mas para o conjunto das forças antiimperialistas no Brasil. Pois aqui, é possível que, dada a centralidade do petróleo no capitalismo contemporâneo, o próprio debate sobre a política do Estado, desde que se aprofunde, abra caminho para clarificar, frente a amplos contingentes das classes populares, o caráter de classe do Estado brasileiro. Por outro lado, ainda cala fundo nas classes populares brasileiras a memória histórica da nacionalista e parcialmente vitoriosa Campanha do Petróleo (aliás, hegemônica por segmentos nacionalistas da burocracia estatal), o que pode contribuir para atenuar o forte potencial antiimperialista da campanha que se prenuncia.

Todavia, estes problemas concretos, que deverão ser examinados criteriosamente, não podem obscurecer que os documentos produzidos pelo MST já mencionados expressam um portentoso elenco de lutas cuja amplitude e acuidade, mesmo no interior de uma correlação de forças extremamente desfavorável, não encontra similar em qualquer momento da história da formação social brasileira. Isto ocorre inclusive no que se refere ao tema específico deste artigo: a questão nacional.

No discurso e na prática, esta questão é enfrentada pelo MST em múltiplas dimensões: na defesa das comunidades quilombolas; da demarcação das terras indígenas; do eco-sistema; no apoio ao movimento negro; contra o avanço do grande capital no campo, contra a exploração predatória das riquezas minerais brasileiras a serviço de um esquema antipopular e neocolonial; contra as empresas que exploram irresponsavelmente a transgenia a serviço do grande capital; contra a desnacionalização da economia brasileira; contra as ameaças à integridade territorial brasileira.

O MST tem demonstrado grande capacidade de detectar o potencial de unificação destas lutas. O que não significa que sempre obtenha vitórias. Ao

contrário, diante do governo Lula que, com muita competência política, dá continuidade, em novos termos, às políticas neoliberais, ao mesmo tempo em que, até o presente momento, agrada ao conjunto das frações burguesas e conta com imenso apoio popular, o risco de isolamento do MST é muito grande.

Todavia, é inegável que, do ponto de vista dos interesses populares, sua posição faz sentido quando confronta a Vale do Rio Doce, uma das expressões do que há de mais predatório na atual fase de transnacionalização do capitalismo¹²; ou quando se opôs a gigantes empresariais no ramo de transgênicos e de celulose. Mas, nestes casos, a derrota, ao menos em termos imediatos, foi inegável¹³. E, como afirmam os principais dirigentes do MST, o movimento se enfraquece profundamente com a não realização da reforma agrária. Quais ciclos de lutas chegarão ao fim ou se abrirão com uma vitória neste âmbito é uma questão totalmente em aberto.

Por outro lado, a controvérsia em torno da demarcação da terra indígena Raposa e Serra do Sol condensou uma série de aspectos relativos à integração nacional brasileira, de uma perspectiva que pode transcender o nacionalismo burguês, os quais já eram quase solitariamente contemplados pelo MST. O que não deixou de expressar o acerto das posições assumidas pelo movimento.

Em outros termos, vitórias, mesmo que parciais ocorrem, mesmo que não se igualem às de tempos mais gloriosos (vistos de agora), como a Marcha a Brasília de 1997; a campanha contra a ALCA, na qual o MST exerceu, no Brasil, um papel protagônico; a forte e diferenciada participação nas primeiras edições do Fórum Social Mundial. E, ao mesmo tempo em que a grande imprensa mergulha em profunda crise de legitimidade junto a setores da classe média, sobrevive, no MST, mesmo que às duras penas, um influente sistema de comunicações alternativo que inclui rádios comunitárias (direta ou indiretamente ligadas ao movimento); dois jornais (*Jornal Sem Terra e Brasil de Fato*) e a *Revista Sem Terra*.

Assim como é o principal portador de um projeto nacional brasileiro, o MST realiza um trabalho internacionalista sem paralelo em qualquer momento da história deste país. Destaque-se, a este respeito, além das mencionadas campanha contra a ALCA e participação nos Fóruns Sociais Mundiais, os cursos de formação latino-

¹² Estendendo os tentáculos do capitalismo desde o Extremo Oriente aos confins da Amazônia; desmatando predatoriamente; reflorestando com eucaliptos de modo a desertificar; desestabilizando povos indígenas em regiões onde explora e por onde transporta o minério; impulsionando a construção de hidrelétricas com elevados custos socioambientais; propondo, com os primeiros sinais da crise, a suspensão de direitos trabalhistas; estreitamente ligada ao grande capital bancário, a Vale expressa boa parte do teor de barbárie contido no capitalismo contemporâneo. Nesta luta, há boas possibilidades de avanço, especialmente se outras forças sociais se envolverem mais efetivamente. O que – repita-se – justifica, por um lado, elegê-la como um adversário a ser efetivamente combatido e, por outro, uma clareza do que significa, via reestatização, colocá-la, de algum modo, a serviço dos interesses populares.

¹³ Também, em um aparente paradoxo, aqui o caráter de luta antiimperialista e contra o grande capital se manifesta mais concretamente.

americanos que realiza na Escola Nacional Florestan Fernandes; a solidariedade ativa aos movimentos de “povos originários” do continente, aos governos de Cuba, Venezuela, Bolívia e Equador, às lutas dos povos palestino, iraquiano e do Haiti; a participação na CLOC (Coordenação Latino-Americana das Organizações do Campo) e na Via Campesina.

Enfim, o MST não somente incentivou como providenciou o local para o encontro de sindicalistas que possibilitou o ato unitário de 30 de março de 2009 contra a política burguesa de jogar os efeitos da crise sobre os trabalhadores. Esta iniciativa implicou concessões, mas deixou clara a premência de unidade na luta proletária e não impediu que, onde foi possível, o movimento se juntasse a manifestações de maior radicalidade.

Esta posição se desdobra, no último número do *Brasil de Fato* ao qual tenho acesso antes de concluir este artigo¹⁴, em dois aspectos que sinalizam a mesma disposição prática para a unificação das lutas dos trabalhadores: o editorial intitulado “A atual crise exige unidade dos trabalhadores e firmeza na luta”, onde se explicita como adversários “os representantes da burguesia e do imperialismo”; e uma página de crítica (além do que consta no próprio editorial) à fragmentação e falta de combatividade que marcaram as comemorações do 1º de maio pelas maiores centrais sindicais.

Como sabemos, diversos estudiosos já apontaram a importância do enquadramento estatal-nacional para o surgimento do que consideram modernos movimentos sociais. Ao mesmo tempo, detectam a ocorrência, neste mundo “globalizado”, de novas e mais amplas ondas de movimentos sociais, mas as percebem, muitas vezes, sob o signo da violência e da irracionalidade, embora com a reconfortante perspectiva de que terminarão por se submeter a uma espécie de lei de ferro dos movimentos que termina por levá-los, em um processo cíclico, a algum tipo de integração sistêmica (Tarrow, 1996: 198). É provável que parte deste prognóstico se deva a uma conceituação demasiado ampla, no que se refere à composição sócio-ideológica de movimentos sociais, como as que critiquei no início deste artigo. À luz do estudo de diversos movimentos sociais latino-americanos, especialmente o MST, e compartilhando de suas perspectivas estratégicas, parece possível sofisticar as análises e neles detectar tentativas de recuperar, em novos termos, a dimensão nacional, sem prejuízo de articulá-la à dimensão transnacional. Movimentos que podem constituir ameaças aos poderosos da terra, mas não à civilização.

Talvez isto tenha a ver com o que alguns chamam de antiimperialismo.

Bibliografia

A) Livros, capítulos e artigos

ALMEIDA, L. F. A ilusão do desenvolvimentismo. *Brasil de Fato*, 14-24/02/2005.

¹⁴ *BF*, 323 (7-13/05/09).

- _____. (2007). Lutas sociais, questões nacionais e poder político na América Latina: elementos para o estudo das novas relações entre democracia e relações internacionais. Comunicação apresentada no 6º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) 29/07 – 01/08/2008.
- CASTELLS, M. (1999). *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. – (*4 era da informação: economia, sociedade e cultura*; v. 2).
- LENIN, V. (1982). L'impérialismo, stade suprême du capitalisme. In: *Oeuvres choisies*. V 1. Moscou: Editions du Progrès.
- MARX, K. (1985). *O capital*. Livro I, v 1. São Paulo: Nova Cultural.
- MST (2009). *Caderno de subsídios do 13º Encontro Nacional do MST*. São Paulo: MST.
- PARRA, M. A. (2005). La construcción de los movimientos sociales como sujetos de estudio en América Latina. *Athena digital* n. 8.
- TARROW, S. (1996). *Power in Movement: social movements, collective action and politics*. Cambridge University Press.

B) Jornal

Brasil de Fato.

C) Revista

Revista Sem Terra.

D) Sítios na internet

<http://www.correiocidadania.com.br/>

<http://www.fbes.org.br/>

<http://www.mst.org.br>

<http://www.pime.org.br/noticias/noticiasbrasil48.htm>